



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011036-17.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Patricia Regina Correa Pinto**
 Requerido: **Gomes de Assumpcao Comercio de Veiculos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido da ré um automóvel, dando como parte de pagamento outro veículo de sua propriedade e o remanescente em dinheiro, mas a ré não lhe entregou o recibo de transferência mesmo a procurando insistentemente – sem êxito – para resolver o problema.

Alegou ainda que como se não bastasse passados seis meses veio a saber que o automóvel que recebeu era financiado e que haveria cerca de vinte parcelas a serem pagas sem que soubesse se estavam sendo quitadas.

Almeja à rescisão do contrato, à devolução do veículo de sua propriedade, ao ressarcimento dos gastos que suportou com o automóvel que recebeu e ao ressarcimento dos danos morais que experimentou.

Indefiro de início os benefícios da assistência judiciária à ré, tendo em vista que ela é pessoa jurídica e que inexistem dados mínimos a propósito de suas dificuldades em fazer frente às despesas do processo.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

No mérito, a hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse *status* em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie, como, aliás, ficou expressamente consignado no despacho de fl. 49.

Assentada essa premissa, observo que a ré não negou a transação descrita na petição inicial, de resto confirmada pelo documento de fl. 15.

Ela, outrossim, não refutou que o automóvel entregue à autora fosse financiado (circunstância essa omitida no documento de fl. 15, o qual leva a conclusão diversa com a menção de que *“a presente venda é feita livre e desembaraçada de quaisquer ônus ...”*), bem como que não lhe forneceu o documento de transferência devidamente preenchido, o que seria imprescindível para que fosse passado ao seu nome.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à convicção de que a ré efetivamente descumpriu obrigação contratual, além de induzir a autora a erro ao fazê-la acreditar que adquiria automóvel sobre o qual não pairavam ônus quando era na verdade financiado.

É o que basta para o acolhimento da postulação exordial, relativamente à declaração da rescisão do contrato.

Isso impõe à ré a obrigação de fazer consistente em devolver o automóvel dado pela autora como parte de pagamento daquele que ela comprou, no mesmo estado em que se encontrava (exceção feita ao seu desgaste natural), e a restituição do montante em dinheiro que recebeu.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

De outra banda, prospera a pretensão da autora em ver-se ressarcida dos gastos comprovados a fls. 12/14, não impugnados específica e concretamente em momento algum pela ré (assinalo por oportuno que as considerações de fl. 26 sobre o assunto não encontram correspondência na discussão travada e sobretudo nos documentos indicados, valendo também registrar que não há pedido para recebimento de lucros cessantes por parte da autora).

Por fim, o pleito para ressarcimento dos danos morais vinga igualmente.

A autora quando trocou seu veículo por outro mais valioso nutriu natural expectativa de melhoria em sua situação patrimonial, mas se viu ludibriada ao não receber a documentação que tocava à ré providenciar e, o que é pior, ao saber que o automóvel recebido era financiado.

Tal dinâmica implica frustração de vulto que ultrapassa em larga escala o mero dissabor inerente à vida cotidiana ou o simples descumprimento contratual, afetando a autora como de resto afetaria qualquer pessoa mediana que estivesse em sua situação como denotam as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) e configurando os danos morais passíveis de reparação.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e para condenar a ré:

(1) a devolver à autora no prazo máximo de dez dias o automóvel Ford KA, 1998, referido no documento de fl. 15, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

(2) a pagar à autora a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir de 30 de maio de 2016 (data do documento de fl. 15), e juros de mora, contados da citação;

(3) pagar à autora a quantia de R\$ 1.912,72, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso das importâncias que a compuseram, e juros de mora, contados da citação;

(4) a pagar à autora a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação imposta no item 1 supra, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Independentemente do trânsito em julgado da presente, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento imediato da obrigação imposta no item 1 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Cumpridas integralmente as obrigações da ré, deverá a autora devolver a ela o automóvel Fiat Palio Weekend mencionado no documento de fl. 15.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 28 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**